

O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFRODESCENDENTES

Leandro Moraes da Luz*
Daniela Figueiredo de A. Mota**

Resumo: *Este artigo propõe um olhar investigativo sobre a prática do ensino de História promovida através de uma educação não-formal obtida através do Projeto Educar Para Transformar, desenvolvido pela UCSal. Temos por objetivo, de um lado, analisar as práticas pedagógicas no ensino de História desenvolvidas nestas oficinas e, de outro lado, verificar em que medida esta metodologia de ensino pode contribuir na construção da identidade dos sujeitos e possibilitar a compreensão da realidade como produto histórico da humanidade, com atividades que procuram aliar arte e educação, em bairros da periferia de Salvador.*

Palavras-chave: Ensino de História; Identidade racial e cidadania; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O conflito da identidade racial é uma das grandes dificuldades a serem enfrentadas na realidade da infância brasileira, principalmente nos segmentos sociais mais carentes. Nesta perspectiva, participamos, desde o ano de 2003, de ações voltadas para o desenvolvimento do protagonismo infanto-juvenil, bem como da identidade cultural e racial de crianças carentes.

Estas ações foram implementadas pelo Projeto Educar Para Transformar - PET, através da Superintendência de Extensão e Ação Comunitária da Universidade Católica do Salvador, em diversos bairros periféricos da cidade de Salvador, como Recanto Feliz, Paraíso Azul, Uruguai, Estrada das Barreiras e Gamboa, no qual o autor deste trabalho vem atuando como estagiário, realizando atividades de natureza pedagógica, através da arte-educação. As variadas formas de expressão da arte contribuem para melhorar o sentimento de inclusão social e educacional das crianças e adolescentes beneficiadas pelas atividades do projeto. As oficinas de História surgiram no projeto mediante uma necessidade de trabalhos e ações voltados ao reconhecimento, aceitação e valorização da identidade racial de crianças afrodescendentes, através do resgate das influências da cultura afro-brasileira.

A primeira preocupação no planejamento das oficinas de História no PET foi buscar a não reprodução de metodologias usadas na escola regular. Assim, buscamos alicerçar a nossa prática numa modalidade de educação não-formal, como estratégia possível a um trabalho que necessariamente deveria despertar o interesse pelo conhecimento. O presente artigo busca apresentar para a comunidade acadêmica um estudo desenvolvido ao longo de dois anos, problematizando como o ensino de História pode contribuir para a discussão da questão da formação da consciência de raça e o seu significado para a infância, na perspectiva de

* Graduando em História pela UCSal, em Ciências Sociais pela UFBA, estagiário do Projeto Educar Para Transformar. E-mail: moraisluz_leo@yahoo.com.br – Autor.

** Bacharel em Serviço Social pela UCSal, Pós-graduada em Gestão e Desenvolvimento de Seres Humanos pela Faculdade Visconde de Cairú, Assistente Técnico lotada na Superintendência de Extensão e Ação Comunitária/ UCSal e Coordenadora do Projeto Educar Para Transformar. E-mail: dmota@veloxmail.com.br – Orientadora; Olívia Mascarenhas Souza - Bacharel em Serviço Social pela UCSal, Habilitada em Mediação Transformativa pelo CEFAC, Técnica de Nível Superior lotada na Superintendência de Extensão e Ação Comunitária/ UCSal e Coordenadora do Projeto Educar Para Transformar. E-mail: oms_28@yahoo.com.br – colaboradora.

compreender a constituição da auto-estima das crianças envolvidas no processo, dentro dos padrões que propomos e realizamos nestas comunidades. Discutimos também, neste trabalho, como o ensino de História pode contribuir para o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos, favorecendo que o educando adquira um melhor entendimento de seu papel nesta sociedade.

A HISTÓRIA COMO MEIO PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL

Desde a publicação e entrada em vigor da lei federal nº 10.639/03, que se obriga a inclusão dos estudos da História da África, dos africanos e da cultura negra brasileira no que tange, inclusive, às suas contribuições para a constituição da sociedade nacional. A discussão sobre a necessidade de adequação curricular do ensino brasileiro à multiplicidade cultural e racial, tornou-se mais intensa. Durante muitas gerações, o ensino das escolas, seja no nível médio ou fundamental, devotava pouca atenção aos temas ligados à África e seu legado cultural. Isso, certamente afetava a própria compreensão da África pelos alunos na perspectiva histórica, geográfica, cultural, econômica, política e etc. Com isso, a imagem da África que permeava o inconsciente de muitas crianças e adolescentes, e possivelmente de adultos também, sempre foi marcada pelo referencial de um

continente misterioso, dominado pela floresta hostil, povoada por grupos negros próximos ao que se considera um período pré-histórico, anterior à civilização. Da mesma forma, tais grupos caracterizar-se-iam por uma cultura estagnada, imóvel, incapaz de qualquer desenvolvimento (SILVA: 2000, p.44).

Todas essas incoerências permitiram a proliferação de uma série de informações equivocadas sobre o continente africano. A História da África e dos africanos entrava nos currículos escolares no ensino de geografia e história, principalmente trazendo sempre a perspectiva do dominado ou explorado, sendo ligados aos temas de escravidão ou espoliação do capital. Não que esses assuntos devam ser esquecidos e abolidos dos currículos escolares, muito pelo contrário, eles devem ser tratados, porém, devem permitir que os alunos compreendam o lugar destes sujeitos na História, deixando de lado a noção de apenas objetos da História ocidental.

A História africana sucumbiu durante muito tempo a uma espécie de interesse secundário por parte de muitos historiadores; boa parte desta falta de interesse pela História da África deve ser atribuída ao preconceito da academia, com base em concepções eurocêntricas. Essa perspectiva historiográfica colocava a África num lugar de segundo plano, para o desenvolvimento científico e intelectual da humanidade. Ou seja, não se considerava o africano produtor de uma historicidade própria, capaz de ser sujeito de uma produção cultural de representatividade para a sociedade. Para Francisco Silva (2000, p. 45) essas concepções etnocêntricas produziram uma idéia da África como um continente de contradições, ao mesmo tempo rico, maravilhoso, perigoso, ingênuo e dirigido pela irracionalidade da magia. “*Em suma, um continente marcado pelo imobilismo e pela incapacidade de gerir um processo autônomo de desenvolvimento*” (ibidem). Em verdade, a realidade da produção historiográfica mais recente tem modificado um pouco da realidade; felizmente possuímos trabalhos de qualidade e rigor intelectual que problematizam a História da África, dos africanos e da cultura afro-brasileira. “*Trata-se, enfim, de resgatar a África e africanizar a história do Brasil: além do sentimento de um passado comum, consolidar um conhecimento libertador*” (LIMA: 2004, p. 86).

A Superintendência de Extensão e Ação Comunitária, antiga Pró-Reitoria Para Assuntos Comunitários, sempre se preocupou com os assuntos relacionados ao desenvolvimento comunitário e educacional dos sujeitos marginalizados da sociedade. O PET vem contribuindo com essa discussão sobre o crescimento comunitário de crianças e adolescentes, através de uma

proposta idealizada no seio das ações comunitárias da universidade, tendo seus trabalhos pautados numa equipe multidisciplinar, envolvendo as áreas de História, Serviço Social, Direito e Enfermagem.

A oficina de História surgiu no Projeto Educar Para Transformar exatamente na tentativa de valorizar a identidade cultural e racial de crianças e adolescentes majoritariamente pertencentes a segmentos sociais que, historicamente, são pouco assistidos por políticas públicas. Até muito recentemente, a prática pedagógica nas escolas brasileiras privilegiava, apenas, alguns setores da sociedade, tidos como corajosos e vitoriosos, e nossos livros didáticos não retratavam a cultura e o saber construído popularmente, caracterizando o sistema educacional brasileiro como excludente e preconceituoso. Esta realidade perdurou na formação de inúmeras gerações, que não se identificavam com a história apresentada no sistema de ensino regular.

Neste sentido, as atividades no âmbito da disciplina têm como princípio fundamental a valorização da História e das raízes culturais deste segmento, na perspectiva de possibilitar a este público assumir sua negritude, uma vez que estas imagens, constituídas historicamente, inibem a identificação enquanto negros. Afinal, como afirma Mônica Lima (2004, p. 85) “*não há como recuperar a africanidade sem conhecer a própria história da África*”. Conseqüentemente, temos como objetivo contribuir para desenvolver o espírito crítico dos educandos, possibilitando a análise de nossa sociedade no contexto histórico-social, fomentando no aluno o despertar para o entendimento de seu papel dentro desta sociedade.

Nesse caminho de (re)significação da própria infância e adolescência, foram imprescindíveis o planejamento de atividades que resultassem na elevação da auto-estima, na construção da identidade positiva e na promoção do protagonismo juvenil. Condições que possibilitam um desenvolvimento psicossocial saudável, através de atividades e ações cidadãs, ampliadas de forma a alcançar uma parcela das expectativas destes jovens e possibilitando a estes inventar e reinventar novas formas de resistência cultural e racial.

Sendo assim, problematizamos a construção peculiar de nossa sociedade em busca de uma identidade nacional e o aprofundamento da discussão sobre as contribuições legadas pelos negros e índios, destacando sua importância política, social e cultural para a estruturação desta que chamamos sociedade brasileira. Marcus Vinício Ribeiro (2004, p. 87), nos adverte que:

além do estudo da África, de suma importância para compreensão do Brasil, um novo programa de ensino da história, como já indicaram historiadores da importância de Arnald Toybee e Fernand Braudel, deveria ser multicivilizacional, isto é, destinado a recuperar a trajetória e os saberes das grandes culturas

Os temas trabalhados nas oficinas têm em vista despertar, nos educandos, o compromisso em recuperar a sua própria história, na qual é incentivada uma nova compreensão da idéia de “*povos explorados e oprimidos*”, considerando que essas imagens inibem o interesse e o orgulho de ser afrodescendente (LIMA: 2004, p.85), dificultando a ressignificação da identidade cultural e possibilitando a reivindicação de um lugar de destaque na formação da cultura brasileira.

Assim, o ponto fundamental da oficina é permitir ao educando refletir sobre a sociedade, partindo do conhecimento histórico. Trata-se, enfim, da busca real da identidade nacional, levando-o a entender os motivos que o determinaram a viver numa sociedade desigual e, acima de tudo, estimulá-lo a lutar pela transformação social, tendo em vista que o homem é um sujeito da história e, como tal, é capaz de modificá-la.

Apesar de sermos uma sociedade de matriz cultural eminentemente negra, os valores culturais e sociais dos povos negros até muito recentemente eram excluídos dos projetos político – pedagógicos existentes em nossas escolas. Essa desvalorização de tradições tão ricas refletia em um ensino distante e pouco atraente para os alunos.

Nesta perspectiva, vivíamos constantemente diante de uma ambigüidade: de um lado dispúnhamos de um ensino essencialmente preconceituoso e excludente, que não valorizava a realidade e a própria história de vida de seus alunos; do outro, uma série de gerações de jovens que precisavam conhecer sua história e valorizar-se enquanto raça, objetivando o reconhecimento de si, como ser humano dotado de potencial e capacidades ilimitadas.

Além disso, a oficina de História no PET fez-se necessária no intuito de minimizar outros problemas, por exemplo, a realidade de um ensino que compreende o aluno como um simples receptor de informações prontas, fomentando a errônea concepção da História como arte da memorização, na qual a aprendizagem é repetitiva e mecânica.

No sentido de mitigar e transpor estas barreiras e construções sociais que dificultavam a identificação do aluno como negro, foi introduzida a disciplina de História na equipe de trabalho do Projeto. A História, que até então era estudada pelos educandos do Projeto nas escolas convencionais, não valorizava suas experiências culturais cotidianas, como agente de transformação da realidade social brasileira. Essa distância entre o ensino da escola convencional e os jovens, no que diz respeito à valorização da cultura afro-brasileira, promovia o desenvolvimento de jovens negros(as) que resistiam à auto-identificação com as matrizes culturais africanas; isso ficava claro, principalmente nas atividades de identidade e auto-estima, nas quais as crianças, na criação de seus auto-retratos, desenhavam figuras com cabelos louros, olhos claros e pele branca, adequando-se, totalmente, a um padrão cultural que não era o seu.

Diante disto, tínhamos clara a iminência de romper com as estruturas tradicionais do ensino; afinal, o mundo está em constante evolução e não é mais aceitável um processo de ensino resumido a giz, quadro e caderno. Então, nós devemos questionar: *é possível fazer um ensino diferente, usando somente os poucos recursos disponíveis na realidade em que trabalhávamos?* Entendemos como admissível, embora existam dificuldades cotidianas. Para tanto, era preciso apropriarmo-nos de criativas e eficientes formas de ensino.

Basicamente, a aprendizagem pode ser obtida por meio da educação formal, aquela presente no ensino escolar institucionalizado; também ocorre a informal, quando o conhecimento é adquirido por qualquer pessoa, na sua experiência diária. Portanto, a educação não formal pode ser definida como qualquer forma de *“educação organizada sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino”* (BIANCONI: 2005, p. 37).

Para a maior parte dos professores, os modos de ensino oferecidos fora dos limites do espaço físico escolar são *“percebidos como recursos pedagógicos complementares à carência da escola”* (BIANCONI, 2005, p. 37); ou seja, a educação extra-muros não é entendida como um processo autônomo e coerente, capaz de render tantos resultados quanto o ensino tradicional; afinal, *“a construção do conhecimento é resultado da inserção do indivíduo no mundo em que ele vive, tanto na realidade exterior quanto interior.”* (CASAGRANDE et al., 2000, p. 45). Então, muitas atividades educativas não tradicionais dependem de iniciativa, criatividade e planejamento coerente às demandas dos educandos.

Portanto, desenvolvemos várias atividades lúdicas na perspectiva de possibilitar aos alunos: respeitar a diversidade através do conhecimento das várias etnias e culturas; repudiar a discriminação baseada em diferenças de raça, religião, classe social, nacionalidade e sexo e reconhecer as qualidades da própria cultura, exigindo respeito para si e para os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas atividades estavam calcadas no pressuposto de que o passado tem importância significativa para a atuação do homem no presente, resgatando os educandos como sujeitos e agentes do processo histórico e construtores do seu próprio conhecimento.

A representação do passado tem um papel fundamental na determinação do comportamento ou da visão dos cidadãos acerca do que vivemos atualmente. Entendemos que, se

desejamos construir novos conceitos e novas posturas frente à nossa sociedade, é necessário desconstruir os valores arraigados ao longo da História, que impedem a concretização de um novo projeto político perante as exigências de uma sociedade competitiva e individualizada. É válido reiterar que a reflexão histórica possibilita o compromisso com a realidade e com a transformação social, potencializando e capacitando os educandos para articular e mobilizar a participação da sociedade civil organizada nas ações voltadas para o atendimento das demandas sociais locais.

A oficina de História no Projeto Educar Para Transformar é uma experiência piloto, que possibilita o fortalecimento da auto-estima, e sem dúvida, estimula a participação dos educandos nas escolas, em entidades sociais e nas comunidades, com vistas à ampliação de sua aprendizagem e competência para o exercício da responsabilidade social, através da valorização de sua história por meio da cultura afro-brasileira e da contextualização de sua realidade social.

Assim, chegamos à questão preponderante dos nossos trabalhos: *Como fazer o aluno pensar historicamente, possibilitando a este ser agente construtor de seu próprio conhecimento?* Acreditamos que primeiro é necessário ter consciência de que o professor é um mediador fundamental neste processo e como tal deve motivar seus alunos a assumirem um papel crítico perante a sociedade; afinal, este é um dos objetivos da história: fazer o aluno “*compreender as transformações e permanências sociais em todos os tempos e espaços*”. E que no momento em que ensinamos História, não estamos, apenas, levantando um reflexão sobre o passado. Mas, na verdade, estamos possibilitando um agente social a raciocinar, criticar e pensar sobre qualquer espaço ou tempo, fazendo da História espaço para ação e reflexão.

Entendemos que este trabalho pode contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes tanto sob o aspecto social, quanto emocional. É válido ressaltar que este vem suprimindo uma lacuna importante causada pela omissão de um debate racial, principalmente, no que diz respeito a sua relação com a infância. O momento é extremamente oportuno, tendo em vista a aprovação, desde o ano de 2003, da Lei nº 10.639, que obriga o ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos das escolas brasileiras, uma vez que observamos um verdadeiro despreparo dos educadores em trabalhar estes novos conteúdos em sala de aula, sem reforçar estereótipos que fortaleçam a perspectiva limítrofe da história e cultura do povo negro.

O ponto fundamental para o progresso de tal discussão está na contextualização e valorização das experiências vividas pelos alunos dentro de sua realidade social, pois, “*geralmente o que é apresentado aos alunos são conteúdos já cristalizados no ensino de história e que parecem muito distante da realidade imediata vivida por eles*” (CABRINI: 1994, p. 21). Porém, é necessário estarmos atentos ao que nos advertiu Conceição Cabrini (1994), para não acabarmos reduzindo as nossas análises ao simples “presentismo” ou tornar a aula uma apologia ao cotidiano. Além disso, é necessário investir na capacidade do aluno, desmistificar verdades absolutas e fazer com que os alunos se percebam como agentes históricos.

REFERÊNCIAS

BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. Educação Não-Formal In: **Revista da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência**. São Paulo, Ano 57, Nº 4, p. 20-23, Out/Nov/Dez de 2005.

BORGES, V. P. **O que é História**. 2º ed. Brasiliense: São Paulo: 1993

BRASIL. Lei nº 10.639. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

CASAGRANDE, J. H. B. et al. Construção do Conhecimento: Desafios Para Transpor o Ensino Tradicional In: **Revista de Educação CEAP**. Salvador. Ano 9, p. 43 – 48, Jun/Ago 2000

CABRINI, C. (org). **O ensino de história: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAVIES, N. “As Camadas Populares nos Livros de História”. In: PINSKY, J. **O Ensino de História e Criação do Fato**. 5º edição. São Paulo: Contexto, 1992. p. 93-104

FERREIRA, C. A. L. **Ensino de História e a Incorporação das Novas Tecnologias e Comunicação: uma Reflexão**. [artigo científico]. Disponível em <<http://www.rhr.uepg.br/v4n2/carlos.htm>>. Acesso em 30 Nov. 2005.

GADOTTI, M. Educação Para quê e Para Quem? (A Favor de Quem, Contra Quem?) In: **Cadernos CEDES**. Licenciaturas (Nº 08). São Paulo: Cortez, 1988, p. 10 – 18

LIMA, M. A África na sala de aula: obrigatoriedade de ensinar história e cultura africanas é o novo desafio dos professores brasileiros. In: **Nossa História**. Editora Vera Cruz: São Paulo, Ano 1, Nº 4, Fevereiro/2004, p. 84-86

NADAI, E. O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão” In: PINSKY, J. **O Ensino de História e Criação do Fato**. 5º edição. São Paulo: Contexto, 1992. p. 23 - 29

PIMENTA, S.G. A Formação do Professor Necessário Para a Escola Cidadã . In: **Revista de Educação CEAP**. Salvador. Ano 9. p. 7 – 18, Jun./Ago. 2000.

PELEGRINI, D. Respeitar as Diferenças In: **Revista Nova Escola**. São Paulo. Nº 151. Abril/2002.

RIBEIRO, M. V. Uma história em que entrem todos. In: **Nossa História**. Editora Vera Cruz: São Paulo, Ano 1, Nº 4, Fevereiro/2004, p. 87

SCHMIDT, M. A. A Formação do Professor de História e o Cotidiano da Sala de Aula In: **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto. 3º edição. 1998. p. 54-68

SILVA, F. C. T. África um continente sem história? In: LINHARES, M. Y. **História Geral do Brasil**. 9º ed, Rio de Janeiro: Campus, 2000

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 (coleções Tendências; v. 4)

SANTOS, J. R. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

SANTOS, G. A. **A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: EDUC/FAPESP; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.